



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

Rua dos Libaneses, nº 1998, Carmo, Araraquara/SP, CEP 14801-425

Fone (16) 3336-1888, Ramais 210/211 - E-mail: araraqlfam@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: 12h30min às 19h00min

SENTENÇA e ALVARÁ

Processo nº: 1010918-08.2018.8.26.0037 - Nº de Ordem 2018/001998
 Classe - Assunto: Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor
 Requerente: Angelina Aparecida Pavez Guimarães e outros
 Autor da herança: Eva Aparecida Francisco Pavez

Juiz de Direito: Dr. **Ivan Rodrigues de Andrade**

VISTOS.

Cuida-se de pedido de expedição de alvará judicial para autorizar o resgate de resíduo previdenciário de beneficiário falecido, a cargo do INSS, conforme elementos contidos na petição inicial.

Não consta interesse de incapazes e pela natureza do crédito não há interesse fazendário, na forma da legislação estadual própria.

Não constam dependentes habilitados perante a Previdência Social, fls.40.

É como relato.

DECIDO.

O pedido é de pouca complexidade e pode ser conhecido e decidido de imediato, na forma postulada na exordial, preservados eventuais direitos de terceiros não conhecidos, máxime observados os princípios do art. 5º da LINDB cc o art. 8º do CPC.

ANTE O EXPOSTO,

defiro o pedido inicial.

Faço-o para, preservados eventuais direitos de terceiros, autorizar **o espólio de Eva Aparecida Francisco Pavez**, CPF 742.602.518-72, cujo óbito ocorreu em 15/ago/2018, representado pelos requerentes: **(1) Angelina Aparecida Pavez Guimarães**, RG 14.139.336-1, CPF 026.582.568-76; **(2) Antonio Pavez**, RG 10.941.487-1, CPF 861.798.458-91; **(3) Benedito Valentin Pavez**, RG 8.289.141-2, CPF 861.798.378-72; e **(4) João Donizete Pavez**, RG 17.238.363-8, CPF 036.995.548-05, **em conjunto ou isoladamente**, a proceder, junto ao INSS ou agência bancária que vier a ser indicada, ao resgate dos resíduos do **benefício previdenciário nº 077.380.856-6, na proporção de 25% para cada um**, desde que disponível para saque e desde que efetivamente de titularidade da pessoa falecida.

A considerar a consensualidade do pleito e a preclusão lógica do direito de recorrer (art. 1.000 do CPC), o trânsito em julgado desta decisão se opera de imediato e independentemente de renúncia expressa dos interessados e de certidão cartorária a respeito.

Arbitro honorários ao profissional nomeado a fls.10 nos termos do convênio OAB/DPE.

Esta sentença tem valor de alvará e será impressa pelo interessado diretamente na internet, no site www.tjsp.jus.br.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Publique-se.

Intimem-se.

SERVIRÁ ESTA SENTENÇA, POR CÓPIA, COMO ALVARÁ

PRAZO DE VALIDADE: 180 DIAS

Araraquara, 25 de setembro de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA